

A sociedade portuguesa, trinta anos depois do 25 de Abril*

António Almeida Santos
Presidente do Partido Socialista,
Ex-Presidente da Assembleia da República

Três décadas decorridas sobre a aurora de Abril, é tempo de balanço.

Mas um balanço que envolva um juízo comparativo de valor, passa pelo cotejo entre o que Portugal era e o que Portugal é.

Éramos uma ditadura, somos uma democracia. Éramos um País oprimido, desfrutamos agora o doce sabor da liberdade. Éramos o último País com colónias, isolado do Mundo, e segregado pela consciência universal, por lhes recusarmos o direito de autodeterminarem o seu destino, somos hoje um País aberto a todo o Mundo, e com relações com todo ele, além de amigo e aliado dos novos Estados em que as nossas ex-colónias se tornaram. Éramos um País em guerra, somos um País em Paz. Éramos um Estado policial e policiado, somos um Estado de Direito de que o medo foi banido. Éramos um regime que escarnecia os Direitos Humanos, temos hoje uma Constituição que incorpora a Declaração Universal dos Direitos do Homem e perflha novos direitos nela não declarados. Estávamos isolados do Mundo, condenados a um crescente ostracismo por incumprimento de resoluções da O.N.U., somos hoje um País benquisto pela Comunidade das Nações. Pagávamos o último tributo à opção marítima do tempo das descobertas, e integrámo-nos de pleno direito na União Europeia, e no seu exaltante projecto de união política do continente europeu. Éramos um País que expulsava a sua força de trabalho, somos um País que acolhe os excedentes laborais de outros países. Éramos, em suma, um País atrasado – só rico em pobres, achacados e analfabetos – somos um País que modernizou as suas estruturas e infra-estruturas, as suas instituições, o seu estilo e o seu «standard» de vida, com um nível económico que, ainda com muito caminho por fazer, já se integra sem desdouro entre os países desenvolvidos.

No meu primeiro discurso dos sete que fiz em cerimónias comemorativas do aniversário do 25 de Abril, caracterizei assim o regime anterior:

«Os poderes concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa comédia; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num «diktat»; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.» E continuei:

«É profilático lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé de cabra policial em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um cassetete em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma

* Discurso da sessão inaugural da XI Semana Sociológica (ULHT, 1 de Abril de 2004).

ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência. Era este o Portugal feudalizado, belicista, neurótico e solitário de 24 de Abril.»

Não creio que hoje fosse capaz de caracterizar melhor o mal que foi, e que, trinta anos volvidos, ainda postumamente apavora os que sofreram o dia a dia dessa humilhação nacional.

Os que só começaram a raciocinar politicamente após Abril, terão decerto alguma dificuldade em rejeitar a possibilidade de que a ditadura tenha sido tão má. Mas foi pior. Prendeu sem culpa; demitiu sem razão; perseguiu sem piedade; seviciou sem compaixão; fez desaparecer sem notícia; em casos extremos, como o do General Delgado, friamente matou. O Tarrafal, as alfurjas da Pide e os Plenários Criminais, para só rememorar o mais hediondo, não são invenções da oposição.

Não se sofre o que se desconhece. E a máquina da propaganda oficial do velho frade que nos governou, e que pressurosamente disfarçava o seu isolamento monástico, e o seu horror à vida, à alegria, ao perdão, aos contactos humanos e às viagens, criando mitos, criou, entre outros, o mito de um chefe providencial com auréola, e o mito de uma Pátria Una do Minho a Timor, insensível à pressão civilizacional dos ventos da história.

Foi esse mito que esteve na origem das guerras coloniais, e um década depois na origem do próprio Movimento dos Capitães de Abril. Após terem assegurado nas mais esforçadas e desumanas condições, dez anos de suporte militar às decisões políticas que a Comunidade das Nações exigia e o nosso governo teimosamente recusava, aceitaram morrer para não terem de continuar a matar; para que o Exército Português não sofresse uma derrota desonrosa na frente da Guiné; e sobretudo para que todos pudéssemos ser livres.

De tanto durar, e de tanto resistir ao desgaste que os Direitos Humanos lhe impuseram, acabou sem resistência e sem luta. Caiu de podre.

Hoje, é quase consensual a condenação interna do regime anterior a Abril, depois de externamente o ter sido no espaço do Mundo livre e democrático. Mas era tal a força dos mitos criados, que ainda erguem a crista, fiados na liberdade que o actual regime lhes concede, e durante meio século nos negaram, alguns galispas do passado, aos quais a liberdade e a democracia fazem urticária.

Mas, podermos afirmar que não temos hoje a sujar a face honrada do Estado de Direito que somos, nenhuma das nódoas que enlamearam a ditadura que fomos, é por antítese o melhor elogio que ao actual regime se pode fazer.

2. O pós 25 de Abril não foi sempre o que viria a ser. Findas as alegrias espontâneas da embriaguês da liberdade, esperava-nos um processo político e social inçado de escolhos. Meio século de erros não se apagam só com a antítese da liberdade, da distensão e da alegria.

Nessas ocorrências, a liberdade decaí, por regra, no seu próprio excesso. E a ordem dos cemitérios, a ordem das ditaduras, dá lugar à quase anarquia. Foi o que aconteceu após Abril, quando um regime semi-secular de extrema-direita degenerou em apetites e manifestações de extrema-esquerda. Onde antes se viam constrangidos a «pedir respeitosamente deferimento», os agora libertos passaram a «exigir já» inacessíveis vantagens.

E porque no Programa do Movimento das Forças Armadas, à última hora, se deixou cair o reconhecimento das nossas colónias à autodeterminação – princípio que era, inclusivamente, exigência da Carta das Nações Unidas – os Movimentos de Libertação que nos guerreavam recusaram-se a separar a negociação da descolonização da negociação da paz, e intensificaram a agressividade dos seus guerrilheiros para poderem negociar numa posição de força.

O direito à autodeterminação viria a ser reconhecido no Programa do Governo Provisório. Mas era tarde. A desconfiança tinha-se instalado. E prolongou-se por mais três meses que pareciam intermináveis, durante os quais a disciplina militar se esfumou, e a cadeia de comando se rompeu. Ao findar o mês de Julho, o Presidente da República, o Governo, e os negociadores, careciam do suporte militar que tinham tido. Houve atitudes e cenas menos edificantes, próprias de quem tinha esperado dez anos por um desfecho político para a situação colonial, e não estava disposto a continuar a esperar, sem visível limite da duração da guerra.

O que se lhes pediu foi o que não foi conseguido na descolonização de qualquer outra colónia de não importa que país: o tempo necessário para eleger em Portugal uma Assembleia Constituinte, aprovar uma constituição e, depois disso, consultar o eleitorado, assim democraticamente legitimado, para que determinasse a sua vontade sobre o futuro de cada território. Era democrático. Era bonito. Mas não era do Mundo de 1974, nem do Portugal saído da ruptura constitucional e cívica do 25 de Abril.

Daí a aprovação, à pressa, pelo Conselho de Estado, da Lei nº 7/74, de 27 de Julho, que veio permitir o que, imediatamente após a revolução, se tentou evitar: negociações directas de paz com quem nos fazia a guerra, e de descolonização com quem, durante uma década, tinha lutado por ela.

Só que, repito, já sem suporte militar. Pior do que isso: sob a pressão cominatória de quem o tinha assegurado por tempo mais que bastante, e não aproveitado.

Tem-se especulado muito, e nem sempre com justiça, sobre o facto de a descolonização não ter confirmado as esperanças depositadas nela. Mas em que colónia, de não importa que país, a respectiva descolonização, precedida de uma guerra, correu melhor? Correu melhor na Argélia? Na Indochina? Na Indonésia? No Vietname? Em muitos casos de países africanos, os colonizadores foram, inclusive, buscar à cadeia, onde os tinham encarcerado, os líderes políticos dos novos Estados enfim libertados. Foi o caso de Mandela, Nkruma, Kenyata, Lumumba, muitos outros. Os exemplos podiam multiplicar-se. E em muitos deles, as pontes ficaram cortadas. Não no caso português. Nem na Guiné, nem em Moçambique, nem em Angola, as pontes e as relações foram cortadas.

Sejamos honestos. Na Guiné, a descolonização resumiu-se ao reconhecimento político-jurídico de uma situação de facto. A guerra estava perdida. E a independência tinha sido, não apenas auto-proclamada, mas reconhecida por cerca de cem países, entre os quais o Brasil e outros países amigos de Portugal.

Em Moçambique, a Frelimo, após Abril, tinha consolidado o seu controle sobre a situação militar. E a alternativa era também, negociar com a Frelimo ou continuar a guerra. Mas continuá-la com que ânimo, com que forças e com que meios? Pior: a alternativa era negociar o fim da guerra ou ter de aceitar a consequência do seu fim imposto pelas nossas próprias forças. Quantos críticos da descolonização, ou mesmo quantos portugueses, tiveram consciência disso?

Ainda assim negociámos um acordo viável, nas circunstâncias do caso. Só que, no próprio dia da assinatura, um grupo de auto-intitulados «nacionalistas», desencadearam uma insurreição restauracionista do «statu quo» colonial, apossaram-se do aeroporto e do edifício do Rádio Clube de Moçambique, e tentaram provocar um levantamento da população branca, e descontente negra, com apoios suspeitos de simpatizantes de uma independência de tipo rodésiano.

A vaga de fundo não surgiu. Os apoios com que diziam contar, não vieram. Três dias depois refugiaram-se na África do Sul e na Rodésia, de onde viriam a organizar a futura resistência da Renamo.

Na sequência da insurreição do Rádio Clube, a situação degenerou numa vaga de violência. E Lourenço Marques assistiu a um autêntico massacre com centenas, se não milhares de mortos na sua maioria negros. Logo a 21 de

Outubro, novo massacre. Desta vez, a maioria das vítimas foi branca.

É claro que o Acordo que havíamos negociado, e que justificava razoáveis esperanças, passou a ser pouco mais do que um papel. Ainda esteve na base de um Governo de Transição, de composição mista, que funcionou razoavelmente. Mas o risco de novas tentativas restauracionistas matou as esperanças posteriores à cerimónia da transmissão de poderes. Era preciso criar o vazio, para impedir novas recaídas de independentismo branco.

E os resistentes portugueses, justamente tomados de pânico, abandonaram haveres, afectos, projectos de vida, e tomaram o primeiro transporte para Portugal, além de outros destinos. Escassos milhares ficaram. E Moçambique, depois de ter batido no fundo, viria a retomar algum progresso, além de relações quase normais de amizade e cooperação com Portugal.

O caso de Angola é ainda mais demonstrativo da força das realidades que condicionaram o processo. Abril herdou, do regime colonial, uma Angola em que a situação económica era tendencialmente brilhante, e a situação militar quase controlada. Apesar disso, três movimentos de libertação, cada um com o seu exército, a lutarem entre si e contra nós. Mais grave do que isso: com grandes potências por detrás de cada um deles, no cheiro do petróleo e dos diamantes do território. Os E.U.A. a apoiarem a FNLA, a URSS a apoiar o MPLA, e a África do Sul a apoiar a UNITA. A FNLA e a UNITA a serem apoiadas ainda pela China.

Após o 25 de Abril, os apoios exteriores intensificaram-se. E a breve trecho três exércitos bem armados lutavam cada vez mais entre si. Dois deles, a FNLA e o MPLA, recusando-se também a negociar connosco a paz, se não negociássemos em exclusivo com os movimentos a transferência do poder. Nada a fazer senão tentar pôr os três de acordo para uma negociação conjunta com Portugal. Esse acordo foi conseguido, por artes do Alto Comissário Rosa Coutinho e do MFA local, em Nakuru, na antevéspera do Acordo do Alvor, neste já com uma delegação portuguesa a negociar com todos eles.

Negociar é modo de falar. De facto, o acordo chegou-nos já negociado de Nakuru. Pela parte que me toca, e posso dizer o mesmo dos restantes negociadores portugueses, limitei-me a contribuir para redigir em razoável português o texto negociado em Angola pelos três movimentos, com algum espírito santo de orelha do MFA local, do Alto Comissário e do Major Melo Antunes.

Foi o acordo possível. E não era, em si, um muito mau acordo. Previa, além de um Governo Transitório, eleições para

uma Assembleia representativa do Povo de Angola, a qual havia de decidir sobre o futuro do território. Só que pressupunha o que veio a revelar-se impossível: a paz e a cooperação política entre os três movimentos. Era a quadratura do círculo: sem Acordo a quatro não havia paz; sem paz não havia descolonização. Apostou-se na única via que não desembocava de imediato na guerra e na esperança de que era portadora.

Mas não viria a haver paz. Em vez dela, uma sangrenta e destrutiva guerra civil, que se arrastou até a data marcada para a independência, e mesmo depois dela. No dia 11 de Novembro o MPLA, que dominava a capital, declarou a independência de Angola. E conseguiu, depois disso, os sucessos militares bastantes para vir a consolidá-la, não sem anos de guerra civil entre as suas forças e as forças da UNITA.

Será que este condicionalismo não é justifica o facto de se não ter conseguido uma descolonização melhor? Que cada um ajuíze colocando-se no lugar dos que descolonizaram Angola. E que não deixe de prefigurar o que teria acontecido se, em vez de ter sido o MPLA a controlar a situação militar, tivesse sido a FNLA, ou sejam o Congo e o Sr. Mobutu, ou a UNITA e a racista África do Sul. Teria sido melhor?

Em S. Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, territórios em que não tinha havido guerra, a situação não foi tão dramática. Mas nem por isso, deixou de ser difícil. A hora era de exaltação, de atitudes heróicas pró-independência, e, da parte dos nossos soldados, do mesmo incontido desejo de regressar rapidamente a casa.

Tive um papel determinante na negociação dos correspondentes acordos. E tive a satisfação de ter podido prever neles consultas populares electivas de assembleias constituintes que, de facto eleitas, aprovaram as respectivas constituições, com opção pela independência dos territórios. À data era impensável outro desfecho. Teria sido possível muito antes do 25 de Abril. Não depois. Assegurámos relações posteriores normais entre países amigos.

Tive também papel de destaque na formalização da descolonização de Timor. Foi previsto um período de transição longo, e elástico o bastante para que os timorenses, ao serem ouvidos sobre que futuro queriam para o seu País, pudessem ter assegurado o mínimo de auto-suficiência económica. Previu-se nele uma consulta final para a eleição da Assembleia que havia de auto-determinar o futuro do território. Mas o que no Acordo se previu viria a ser impossibilitado pela guerra civil que deflagrou entre os dois principais partidos do território, e forçou o Governador português a refugiar-se, praticamente desarmado, na ilha de Atauro, até ao regresso do saldo das nossas forças a Portugal.

Sobreveio a invasão da Indonésia, com a provável cobertura dos E.U.A., bem como o domínio militar do território pelo exército invasor; o heroísmo dos resistentes timorenses; o massacre filmado do Cemitério de Santa Cruz; a indignação universal; negociações entre Portugal e a Indonésia, sob o patrocínio da ONU; a consulta referendária do Povo de Timor, que optou maciçamente pela independência; novo massacre perpetrado pela Indonésia; nova reacção da consciência universal; enfim a independência de um pequeno grande Povo.

3. Resumi com algum destaque o processo de emancipação das colónias portuguesas, por ter representado não apenas a tarefa mais ingrata do pós 25 de Abril, mas ao mesmo tempo o pressuposto que faltava para a nossa integração plena na Comunidade das Nações.

É claro que, internamente, o processo teve também o seu preço. Ele esteve na base do conflito entre o Presidente Spínola e o MFA, que viria a ter o seu epílogo no desassossego do 28 de Setembro, que podia ter tido graves consequências cívicas, se não militares, mas se saldou pela renúncia do Presidente Spínola ao mandato de Presidente da República, a sua substituição pelo General Costa Gomes, e o facto de o MFA ter chamado a si a direcção da descolonização de Angola, tendo por principal representante o major Melo Antunes, e por principal ariete, no território, o Alto Comissário Rosa Coutinho.

A nível do Governo, o Primeiro-Ministro Palma Carlos havia sido substituído pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, que imprimiu à governação uma orientação mais conjugada com as orientações do MFA, e de um socialismo deslizando para padrões mais acentuadamente publicistas e radicais. Daí as nacionalizações, a reforma agrária e o reforço em geral do sector público da economia.

Este reforço viria a ser concretizado sobretudo após a intentona do 11 de Março, liderada pelo general Spínola, que acabaria por se refugiar em Espanha, com alguns dos seus co-conspiradores.

A situação política e social continuaria a agravar-se, até atingir o seu clímax no chamado «verão quente» de 1975. A indisciplina militar e a insubordinação civil progrediram em crescendo, e teve os seus pontos altos no encerramento compulsivo do glorioso jornal República; na batalha partidária e cívica das maciças manifestações de rua contra os excessos de esquerdismo militante; na acção clarificadora do Grupo dos Nove; na queda do 5º Governo, ferido de morte à nascença por se terem demitido do 4º os ministros socialistas, social-democratas e independentes, entre os quais eu próprio, que

não viriam a participar no 5º; nos sequestros do Governo e da Assembleia Constituinte; na erupção dos SUV's; na ocupação compulsiva por forças de esquerda e extrema-esquerda dos principais órgãos de comunicação social; no fogo posto na Embaixada de Espanha; enfim na tentativa de levantamento sedicioso de 25 de Novembro, por organizações civis de extrema-esquerda, apoiadas por forças militares que lhes eram afectas.

Foi a última vez que Portugal, após Abril, correu o risco de uma confrontação civil. Mas as forças leais ao Presidente da República, ao Grupo dos Nove, à democracia pluripartidária e ao bom senso, dominaram facilmente o irresponsável delírio insurreccional. O 6º Governo Provisório presidido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, fez baixar a temperatura revolucionária, e iniciou a fase de normalização política, social e militar, que com as primeiras eleições legislativas, o início do período dos governos constitucionais, e as sucessivas revisões da Constituição de Abril, sem no essencial a descaracterizarem, viria a prolongar-se até aos nossos dias.

A parte mais dura do preço a pagar pela difícil transição de uma ditadura semi-secular para uma era democrática, ficava para trás. Mas as dificuldades que houve que enfrentar não tinham sido em vão. Enquanto na rua os entusiasmos libertários embriagavam, e a espaços enlouqueciam os espíritos, por entre dificuldades que outros países haviam conhecido antes de nós, tínhamos conquistado a paz, recuperado o nosso lugar no concerto das nações, e aprovado uma Constituição que, sem prejuízo de ter sido discutida e votada a altas temperaturas de exaltação cívica e política, e de alguns excessos ideológicos e programáticos, passou a constituir uma garantia de organização, e um instrumento de orientação e de trabalho de que os portugueses puderam orgulhar-se. Corrigida na parte relativa à organização política de condicionamentos castrenses que o período revolucionário havia exigido, a quando da primeira revisão, e de alguns excessos económicos colectivistas, a quando da segunda, viria a converter-se numa das mais prestigiadas constituições europeias, e uma das mais afirmativas de Direitos Humanos de todo o Mundo.

Os maus bocados por que o processo revolucionário passou, haviam valido a pena.

No 1º e 2º Governos Constitucionais, continuou a normalização política, cívica e económica do País. Travou-se a hemorragia das reservas de ouro do Banco de Portugal. Em troca, negociaram-se vultosos empréstimos internacionais, com o apoio do F.M.I., para o relançamento da economia. Redefiniram-se os sectores da economia. Fez-se a adaptação de todo o sistema jurídico – códigos, leis, sistema

judiciário e outros – à nova Constituição. E, sobretudo, criaram-se condições para, sob a batuta do Primeiro-Ministro Mário Soares, se requerer com êxito a admissão de Portugal às então Comunidades Europeias, hoje União Europeia. Fechava-se um ciclo – o do império colonial – e abria-se outro, o do Portugal Europeu. Um novo desígnio. E o segundo grande momento desse desígnio viria a ser a criação, por um Governo liderado pelo Primeiro-Ministro António Guterres, das condições necessárias à admissão de Portugal no Clube Europeu da Moeda Única. Não eram condições fáceis. Mas foram preenchidas sem sacrificar o desenvolvimento, nomeadamente no que se refere ao crescimento económico – sistematicamente acima da média europeia – à redução do desemprego, que se abeirou de taxas em que o pleno emprego começa, e ao controle da inflação. Portugal cumpriu as difíceis metas para beneficiar da protecção cambial europeia, e passou a beneficiar das correspondentes vantagens. O futuro da União Europeia passava a ser, de pleno direito, o nosso futuro.

4. Feito este percurso pelo árduo caminho percorrido, a questão que à nossa curiosidade se coloca é esta: o Portugal europeu é, afinal, neste momento, o quê?

Já sabemos que é um dos actuais quinze Estados-membros – dentro de dois meses serão vinte e cinco – da União Europeia. Temos assim o nosso futuro ligado aos nossos parceiros europeus – os actuais e os próximos futuros – no projecto exaltante do processo da globalização do continente europeu, nisso vendo eu a melhor garantia para as dificuldades da globalização universal.

As duas globalizações correm a par. Mas em pistas diferentes, e com garantias diferentes. Enquanto que os países da União Europeia, ao unirem-se, procuraram globalizar os seus mercados, as suas trocas, as suas principais políticas, progressivamente os seus sistemas jurídicos, e até, em certo sentido, os seus territórios, de que as tradicionais fronteiras foram banidas, de forma organizada, regulada, e com regras, a outra globalização, a mundial, foi-se fazendo à base de liberdades e comunhões de facto, sem um mínimo de organização, ou de regulação, em roda livre.

A Europa tal como o Estado-Nação do século XVIII, criou a sua própria organização: uma cidadania europeia, «a latere» das cidadanias nacionais; um Parlamento representativo dos novos cidadãos europeus; um Conselho, uma Comissão, um Tribunal, um Sistema Bancário supranacional, com tutela sobre os Bancos Centrais Nacionais, um Sistema Jurídico comum a todos os Estados-membros e um primado sobre os respectivos sistemas jurídicos e

constitucionais nacionais. Políticas Comuns vinculantes para os órgãos de soberania dos Estados-membros. Essa organização, impregnada de uma dinâmica progressiva e progressista, cuida neste momento de significativos avanços, designadamente de mais decisões por maioria – logo com eventual sobreposição ao voto de Estados soberanos – de mais políticas comuns, incluindo políticas comuns de Relações Exteriores, e de Segurança e Defesa – tendo no horizonte a promessa de um sistema defensivo próprio – um Presidente do conselho Europeu, um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e, como cúpula de tudo isso, e algo mais, uma Constituição Europeia.

A ideia desta Constituição, em breve concretizada, assim espero, deixou fora de si os fanáticos do Estado clássico, e da sua plenitude soberana, esquecidos de duas coisas fundamentais: a primeira é que, na Europa, esse Estado, na sua pureza originária, já não existe; e a segunda é que Constituição, a União Europeia já tem. É a representada pelas normas materialmente constitucionais dos tratados em vigor. Essas normas, entre outras, são as que criaram os órgãos da União Europeia, e fixaram as respectivas competências e as regras do seu funcionamento. São, talvez sobretudo, as normas receptivas dos poderes soberanos que os Estados-membros da União aceitaram pôr em comum, para em comum os exercerem.

O que tanto vale como dizer que os tais saudosistas reagem apenas ao peso semântico da palavra Constituição, não à correspondente realidade.

Realço isto para quê? Pois para significar que a União Europeia tem já, terá forçosamente em breve, e terá cada vez mais, os contornos de uma Confederação de Estados, a caminho de uma Federação de Estados. O velho sonho de grandes políticos e pensadores da realização dos por alguns deles chamados Estados Unidos da Europa, vai saltando da utopia para a realidade.

Uma coisa é desde já certa: a conquista de uma paz europeia, enquanto não é possível a paz universal e perpétua sonhada por Kant. É hoje impensável um conflito armado entre Estados europeus. Acontece o mesmo com os Estados Federados que se conhecem.

Mas a paz não é a única conquista europeia. Sendo o mercado único mais alargado que se conhece, passou a ombrear com os outros pólos do poder económico e político a nível mundial.

Perdemos prerrogativas soberanas? É verdade que sim. Mas ganhámos em troca força, protecção, prestígio, capacidade de desenvolvimento e progresso.

Partimos de baixo. Meio século de ditadura e isolamento, liderados por um «guarda-livros», no cáustico dizer de Fernando Pessoa, sem visão e sem rasgo, dominado pela obsessão da fórmula $R=D$, isto é, receita igual a despesa, e convicto, ele mesmo o disse, de que «um Povo que tem a coragem de ser pobre é invencível», chegámos à Europa vencidos e marcados pelo «ferro» da resignação e do atraso.

Ajudados pelos nossos parceiros europeus, encetámos uma denodada perseguição aos países da frente, e fizemos assinaláveis progressos. Durante vários anos crescemos acima da média europeia, e cedemos à Grécia a simbólica posição de lanterna vermelha. Mas, nos últimos três anos voltámos a andar para trás, e a Grécia voltou a ultrapassar-nos.

A entrada na União dos dez países que a ela vão aderir dentro de três meses, melhorarão a nossa posição relativa. Mas só a relativa. O fantasma da obsessão do défice, a pretexto da crise recessiva das economias europeia e mundial, volta a perseguir-nos. O ano findo foi particularmente desanimador. Desta vez, não nos limitámos a crescer abaixo da média europeia. Decrescemos abaixo do fatídico zero.

E como um mal nunca vem só, o investimento foi sacrificado, o desemprego pulou a caminho do meio milhão de trabalhadores sem salário, a produtividade decresceu, a pobreza explodiu, as falências de empresas multiplicam-se, o consumo degrada-se, a auto-estima dos portugueses entrou em fanico.

Como é próprio destas situações, traficam-se ilusões. A retoma está para chegar todos os dias. Mas o que chega é o seu adiamento. Acabará por chegar, é claro, quando os motores económicos de que depende a nossa velocidade de cruzeiro puderem acelerar de novo. Entretanto, voltamos a distanciar-nos dos nossos parceiros europeus, apesar de eles próprios também não avançarem a galope.

Mas tudo isto faz parte de uma situação conjuntural. As vantagens estruturais conquistadas com a nossa adesão à Europa, e que mudaram a face do nosso País, a caminho de patamares superiores de desenvolvimento sustentado, essas ninguém no-las rouba ou no-las tira. Subimos para sempre acima da mediania em que por longo tempo vegetámos.

Os Direitos Humanos, são respeitados, ainda que, num caso ou noutro, com um grão de sal. O sistema político funciona regularmente, com as insatisfações inerentes à crise da Democracia Representativa, e ocasionalmente de algumas outras. O sistema de segurança, sendo universalmente preocupante, também nacionalmente o é. Mas, até ver, não temos o alto dessa preocupação. Decepcionantes continuam – para lá das reservas que noutros países também justificam – algumas políticas sectoriais, nomeadamente a

educação, a saúde, a justiça, a criminalidade, a informação e a pobreza.

Mas é tudo relativo. Portugal não podia ficar imune às novas ondas civilizacionais que abalam o Mundo. E, como país não particularmente preparado para lhes fazer face, absorve-as praticamente sem resistência, e incorpora-as no seu quotidiano.

Que novas ondas são essas?

5. Em breve síntese o direi. Elas podem resumir-se nos reflexos sobre a vida moderna da explosão tecnológica subsequente à última grande guerra. É sabido que, como não tivemos o rasgo de génio de promover a comunitarização, e depois união dos Estados europeus, antes de que o Sr. Hitler alimentasse o sonho de uma globalização «manu militari», sob a bota cardada dos seus soldados, tivemos de sofrer as inclemências da mais mortífera, destrutiva e selvagem guerra de sempre.

Salvou-nos a resistência heróica do povo russo e da aviação inglesa, e a solidariedade, então centrada no amor à liberdade, do povo americano. Além, evidentemente, dos exemplos de coragem de De Gaulle e dos seus bravos, do «maquis» europeu, e da determinação e clarividência de grandes chefes políticos que já não há. Mas a Carta das Nações, a ONU, e em geral a internacionalização das respostas ao descalabro da guerra, viriam a desenhar um novo mapa político, e uma Nova Ordem Defensiva — o Pacto do Atlântico — uma Nova Ordem Africana — a descolonização — e uma Nova Europa progressivamente comunitarizada e depois unida. Para além disso, viria impulsionar a maior explosão de progresso científico e tecnológico jamais verificado. De tal sorte que o Mundo era um, e em apenas algumas décadas deveio outro. A demografia explodiu à razão delirante de um bilião por década., depois de, entre 1850 e 1950, ou sejam dez décadas, ter crescido um bilião apenas. Os equilíbrios naturais, sob a pressão de seis biliões de consumidores-predadores, entraram em colapso. As comunicações instantaneizaram-se e universalizaram-se. Os transportes, de aceleração em aceleração, ultrapassaram a velocidade do som. As comunidades rurais entraram em processo de liquidação, e a mais demencial concentração urbana gerou megalópoles de população superior à de uma grande nação. A ciência em geral, e as ciências médica, cirúrgica, electrónica, e genética em particular, deram pulos inimagináveis, traduzidos na dilatação da esperança de vida, na decifração do nosso código genético, na substituição de órgãos vitais, quais sobressalentes de automóveis, nas maravilhas da informática e da robótica e, para não ir mais longe, na expropriação, ao próprio deus, dos

segredos da criação da vida, sem excepção da humana! Descendo ao já corriqueiro, as novas tecnologias metem o Mundo inteiro na casa de cada um, através de uma prodigiosa caixa que nos informa e desinforma, educa e deseduca, diverte e aborrece, menos parecendo obra de génios do que do Mafarrico. Só sendo assim se justifica que tenha matado o convívio, a reflexão, as preocupações sérias, os valores, a família, a escola clássica, tudo isso substituído pela teleruminância que preenche quase inteiramente os nossos ócios.

Não satisfeitas com isso, as novas tecnologias inventaram novos instrumentos de violência, baratos e facilmente manobráveis, logo aproveitados pelo crime para se organizar e universalizar, e por ódios e fanatismos adormecidos que crescentemente, e praticamente sem risco, ameaçam o que tínhamos por mais seguro e até mais sagrado.

Sobreveio, como não podia deixar de ser, o fenómeno da globalização. Se o espaço das unidades políticas tradicionais sempre havia crescido à medida que as deslocções e os contactos se iam tornando mais fáceis, era lógico, e previsível, que à máxima facilidade haveria de corresponder o máximo espaço possível, ou seja a do globo todo ele.

Foi assim que, sem que nenhum órgão de decisão o determinasse, se foram globalizando os mercados, as trocas, as disputas económicas, as informações, as comunicações, as viagens, as migrações, as bolsas, os «offshores», o crime organizado, as máfias, a liderança militar de um só país, os espectáculos, as modas, os consumos, os hábitos. Eis quanto basta para termos por certo que está aí, «in actu», a velha utopia do «Mundo Só», a caminho da Federação Universal que foi sonhada como garantia de paz perpétua.

Só que, exactamente por a globalização se vir fazendo «de facto», sem organização e sem regras disciplinadoras, ela vem funcionando em roda livre, e a benefício dos mais fortes, autorizados que ficam a esmagar os fracos. Por isso cresceu exponencialmente o número dos esmagados: dos pobres, dos desempregados, dos analfabetos, dos injustiçados.

A União Europeia não repetiu esse erro. Ao fazer a sua própria globalização ao nível do continente europeu, cuidou de organizar-se. De disciplinar-se. E continua a reforçar os poderes dos seus órgãos e as normas jurídicas que disciplinam as relações entre os seus Estados-membros e, em crescente medida, dos cidadãos dos próprios Estados.

Mas estes, incluindo Portugal, continuam a depender de relações com o resto do Mundo, sobretudo no domínio das actividades já universalmente globalizadas. E essa dependência está na origem de muitas das dificuldades que Portugal enfrenta. Nesta medida, não basta que Portugal tenha juízo, mister se fazendo que o Mundo globalizado o tenha.

Não se afigura fácil que venha a tê-la. Até hoje, os países mais poderosos e mais fortes, sobretudo o que mais o é, não têm revelado a menor abertura à criação de órgãos de decisão mundial, para lá do FMI, da OMC, e do Banco Mundial, que naturalmente dominam. É verdade que cresce e se expande um movimento de anti-americanismo militante, que ameaça colocar a mais poderosa Nação do Mundo perante as suas próprias responsabilidades para com a Humanidade e os Direitos Humanos.

Eu não afastaria, por mais que isso me preocupe, o risco de uma catarse violenta que ponha em causa da pior maneira a recusa de adaptação do velho Mundo ao novo. De adaptação das instituições, dos modelos, das concepções e dos comportamentos. Diria até que, com o nosso conservadorismo suicida, é isso que estamos encomendando.

Infelizmente, nestes tempos de globalização de tudo, também a violência se globalizou e continuará a globalizar-se.

Finalizando: o 25 de Abril abriu uma janela para a Liberdade e a Democracia. Mas também para o Progresso. E o Mundo progrediu, mudou, é outro. Ou nos empenhamos a sério numa Nova Ordem Mundial: política, económica, militar, informacional e ética, ou o fim da nossa Civilização pode ser o ponto final da frase.